

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda., em 31 de dezembro de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$136.614 milhões (2015 - R\$169.816 milhões). O lucro líquido apresentado no exercício de 2016 foi de R\$30.798 milhões (2015 - R\$22.902 milhões).

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$173.631 milhões (2015 - R\$199.450 milhões). Desse montante destacamos R\$158.082 de Títulos e Valores Mobiliários (2015 - R\$182.578). Em 31 de dezembro de 2016, o montante de Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias atingiu R\$11.936 milhões (2015 - R\$8.084) e Outras Obrigações - Diversas atingiu R\$25.081 (2015 - R\$21.550), principalmente representadas por Recursos não Procurados - Grupos Encerrados. Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 29 de março de 2017
Os Administradores

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015		Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante		120.426	135.366	Passivo Circulante		34.300	26.884
Disponibilidades	4.1&4.12.c	83	109	Outras Obrigações		34.300	26.884
Títulos e Valores Mobiliários	4.3&4.12.c	113.989	127.322	Fiscais e Previdenciárias	4.8	11.105	7.154
Carteira Própria		113.989	127.322	Diversas	4.9	23.195	19.730
Outros Créditos	6.354	7.935		Passivo Exigível a Longo Prazo		2.717	2.750
Rendas a Receber		147	96	Outras Obrigações		2.717	2.750
Créditos Tributários	4.4	272	227	Fiscais e Previdenciárias	4.8	831	930
Diversos	4.5	5.935	7.612	Diversas	4.9	1.886	1.820
Ativo Realizável a Longo Prazo		53.201	64.076	Patrimônio Líquido	4.11	136.614	169.816
Títulos e Valores Mobiliários	4.3&4.12.c	44.093	55.256	Capital Social:			
Carteira Própria		44.093	55.256	De Domiciliados no País		95.349	95.349
Outros Créditos	9.108	8.820		Reservas de Capital		1.869	1.869
Créditos Tributários	4.4	541	751	Reservas de Lucros		39.396	72.598
Diversos	4.5	8.567	8.069				
Permanente		4	8				
Imobilizado de Uso	4.6	4	8				
Outras Imobilizações de Uso		292	292				
(Depreciações Acumuladas)		(288)	(284)				
Intangível	4.7	-	-				
Outros Ativos Intangíveis		285	285				
(Amortizações Acumuladas)		(285)	(285)				
Total do Ativo		173.631	199.450	Total do Passivo		173.631	199.450

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas Estatutárias	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		95.349	1.869	7.234	42.462	-	146.914
Lucro Líquido		-	-	-	-	22.902	22.902
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	1.145	-	(1.145)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.11.c	-	-	-	10.879	(10.879)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.11.c	-	-	-	10.878	(10.878)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		95.349	1.869	8.379	64.219	-	169.816
Dividendos com base em Reservas Estatutárias	4.11.b	-	-	-	(64.000)	(64.000)	-
Lucro Líquido		-	-	-	-	30.798	30.798
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	1.540	-	(1.540)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.11.c	-	-	-	14.629	(14.629)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.11.c	-	-	-	14.629	(14.629)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		95.349	1.869	9.919	29.477	-	136.614
Saldos em 30 de Junho de 2016		95.349	1.869	8.912	10.343	-	116.473
Lucro Líquido		-	-	-	-	20.141	20.141
Destinações:							
Reserva Legal		-	-	1.007	-	(1.007)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	4.11.c	-	-	-	9.567	(9.567)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	4.11.c	-	-	-	9.567	(9.567)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2016		95.349	1.869	9.919	29.477	-	136.614

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo Circulante/Realizável a Longo Prazo		399.968	412.304
Disponibilidades		12	1.090
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.2	271.392	258.204
Outros Créditos		118.564	153.010
Bens Retomados ou Devolvidos		105	78
Direitos junto a Consorciados Contemplados		118.459	152.932
Compensação		2.986.293	297.217
Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados		19.050	7.832
Contribuições Devidas ao Grupo		1.538.283	201.638
Valor dos Bens ou Serviços a Contemplar		1.428.960	87.747
Total do Ativo		3.376.261	709.521
Passivo Circulante/Exigível a Longo Prazo		389.968	412.304
Outras Obrigações		389.968	412.304
Obrigações com Consorciados		69.888	44.144
Valores a Repassar		10.649	9.664
Obrigações por Contemplações a Entregar		142.114	184.560
Recursos a Devolver a Consorciados		131.310	135.002
Recursos do Grupo		36.007	38.934
Compensação		2.986.293	297.217
Recursos Mensais a Receber de Consorciados		19.050	7.832
Obrigações do Grupo por Contribuições		1.538.283	201.638
Bens ou Serviços a Contemplar - Valor		1.428.960	87.747
Total do Passivo		3.376.261	709.521

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

A Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), atua no mercado de consórcio, regulamentado pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e tem como objetivo a constituição, organização e administração de grupos de consórcios de bens móveis e imóveis e em quaisquer das modalidades permitidas pela legislação e regulamentação vigentes. As operações da Santander Brasil Consórcio são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander. Os benefícios e custos correspondentes aos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, não resultando no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Brasil Consórcio, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif) e outras normas específicas para as administradoras de consórcio. As operações dos grupos de consórcio são registradas em contas de compensação da administradora e controladas individualmente por grupo de consórcio. A posição patrimonial e financeira desses grupos de consórcio e as correspondentes variações nas disponibilidades de seus recursos estão sendo apresentadas, respectivamente, nas demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e nas variações nas disponibilidades de grupos de consórcio.

As Demonstrações dos recursos de Consórcio e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcios foram elaboradas conforme a carta Circular 3.147/04.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas pelos Administradores na reunião realizada em 29 de março de 2017.

3. Principais Práticas Contábeis

1 - Administradora

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Brasil Consórcio.

b) Apuração do Resultado

A receita relativa à taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida a partir da primeira Assembleia do Grupo para a primeira parcela e taxa de adesão e posteriormente nos recebimentos mensais, ambas registradas em receitas de prestação de serviços. As despesas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da venda e registradas em outras despesas administrativas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência que considera os rendimentos, encargos e variações monetárias, calculados a índices ou "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- títulos para negociação;
- títulos disponíveis para venda; e
- títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida.

(1) A adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

1.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

1.2) Intangível

Os custos de aquisição e desenvolvimento de logicióis são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

g) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

A Santander Brasil Consórcio é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e civil, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As provisões são reavaliadas em cada data de balanço para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser totais ou parcialmente revertidas ou reduzidas quando deixam de ser prováveis as saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões judiciais e administrativas são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade, e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e com base nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo o risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis a Santander Brasil Consórcio, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação aplicável. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Disponibilidade Inicial	261.979	259.294	270.256
Depósitos Bancários		820	840
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.2	261.159	258.204
(+) Recursos Coletados	159.624	247.106	190.882
Contribuições para Aquisição de Bens	97.188	156.724	138.957
Taxa de Administração	23.553	32.590	20.614
Contribuições ao Fundo de Reserva	3.898	6.260	4.662
Rendimentos de Aplicações Financeiras	12.283	22.944	22.197
Multas e Juros Moratórios	345	667	693
Prêmios de Seguros	1.815	3.180	3.136
Outros	20.542	24.741	623
(-) Recursos Utilizados	150.199	234.996	201.844
Aquisição de Bens	90.525	160.164	162.548
Taxa de Administração	28.200	37.605	20.580
Multas e Juros Moratórios	169	343	349
Prêmios de Seguros Pagos	1.897	3.289	3.187
Devolução a Consorciados			
Desligados	19.352	20.953	8.644
Outros	10.056	12.642	6.716
Disponibilidade Final	271.404	271.404	259.294
Depósitos Bancários		12	12
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.2	271.392	271.392
			258.204

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DE GRUPOS DE CONSÓRCIO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/07 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Disponibilidade Inicial	261.979	259.294	270.256
Depósitos Bancários		820	840
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.2	261.159	258.204
(+) Recursos Coletados	159.624	247.106	190.882
Contribuições para Aquisição de Bens	97.188	156.724	138.957
Taxa de Administração	23.553	32.590	20.614
Contribuições ao Fundo de Reserva	3.898	6.260	4.662
Rendimentos de Aplicações Financeiras	12.283	22.944	22.197
Multas e Juros Moratórios	345	667	693

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações relacionadas ao repasse de valores em atraso de cotas contempladas para os grupos já encerrados.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Passivos Contingentes Fiscais e Previdenciárias e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações com classificação de perda possível de natureza cível, totalizaram em R\$3.686 mil e de natureza fiscal, totalizaram em R\$1.822 milhões.

4.11 Patrimônio Líquido
a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 95.349 mil cotas, no valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), todas de domiciliados no País.

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A distribuição dos lucros da Santander Brasil Consórcio é efetuada de acordo com a situação financeira da empresa e com a conveniência dos sócios na data de deliberação, podendo distribuir dividendos, segundo as regras descritas, por conta de lucros apurados em balanços intermediários ou intercalares.

Em 23 de março de 2016, foram provisionados dividendos com base nas Reservas Estatutárias no montante de R\$64.000. O pagamento foi efetuado em 30 de março de 2016.

c) Reservas Estatutárias

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício foram destinados 50% para reserva para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos, com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da Santander Brasil Consórcio e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, estão limitadas a 100% do capital social.

4.12 Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Santander Brasil Consórcio é parte integrante do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Santander, seu controlador. A Santander Brasil Consórcio não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da administração.

Em 2016 e 2015, não foram registrados despesas com honorários para a Administração.

b) Participação Acionária

A Santander Brasil Consórcio é controlada pelo Banco Santander que possui participação direta de 95.349 mil cotas, equivalentes a 99,99998% do capital social e participação indireta através da Santander Brasil Advisory Services S.A. de 20 cotas, equivalentes a 0,00002% do capital social, perfazendo uma participação total de 100%.

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições éticas relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

As principais transações são as seguintes:

Amancio Acúrcio Gouveia

Geraldo José Rodrigues Alckmin Neto

Nilton Sérgio Silveira Carvalho

ADMINISTRADORES
CONTADOR

José Eduardo Fernandes - CRC SP 269858/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e cotistas

Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2016 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio referentes ao semestre e exercício findos nessa mesma data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 31 de dezembro de 2016 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio referentes ao semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Auditoria das cifras comparativas

As demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo incluem, para fins de comparação, informações contábeis correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015, ao resultado, mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa do exercício findo nessa data, bem como às demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio em 31 de dezembro de 2015 e das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio referentes ao exercício findo nessa mesma data, obtidas das demonstrações financeiras daquele exercício. O exame dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 04 de março de 2016, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

	31/12/2016	01/01 a 31/12/2016	31/12/2015	01/01 a 31/12/2015
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades (Nota 4.1)				
Banco Santander ⁽²⁾	83	-	109	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 4.2)	-	-	-	5.408
Banco Santander ⁽²⁾	-	-	-	5.408
Títulos e Valores Mobiliários ⁽¹⁾ (Nota 4.3)	99.319	9.755	67.721	3.049
Banco Santander ⁽²⁾	99.319	9.755	67.721	3.049
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (Nota 4.14)	-	(3.714)	-	(5.598)
Banco Santander ⁽²⁾	-	(3.714)	-	(5.598)
Despesas com Doações	-	(250)	-	(250)
Santander Cultural	-	(250)	-	(250)

⁽¹⁾ Composto por certificados de depósitos bancários - CDB, de emissão do Banco Santander.

⁽²⁾ Controlador da Santander Brasil Administradora de Consórcio (Nota 4.12.b).

4.13 Receitas de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Rendas de Administração de Grupo de Consórcio	41.220	24.813
Serviços Prestados a Consorciados	443	609
Total	41.663	25.422

4.14 Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Processamento de Dados	76	87
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	453	454
Convênio Operacional Banco Santander (Nota 4.12.c)	3.714	5.598
Comunicações	54	33
Serviços do Sistema Financeiro	1.580	1.656
Depreciações e Amortizações	4	7
Outras	770	918
Total	6.651	8.753

4.15 Despesas Tributárias

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Despesas com Cofins	3.994	2.487
Despesas com ISS	2.083	1.271
Despesas com PIS/Pasep	824	511
Outras	.1	13
Total	6.902	4.282

4.16 Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Recuperação de Perdas Operacionais na Administração de Consórcios ⁽¹⁾	1.198	1.546
Atualização Impostos a Compensar	528	1.37
Atualização de Depósitos Judiciais	44	23
Recuperação de Encargos e Despesas	46	26
Total	1.816	2.966

⁽¹⁾ Refere-se, principalmente a reversão de provisão para perda operação com seguro de quebra de garantia.

4.17 Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 4.10.c)	286	28
Trabalhistas (Nota 4.10.c)	51	48
Cíveis (Nota 4.10.c)	1.487	1.467
Perdas Operacionais na Administração de Consórcios	688	944
Despesas com Registro de Contratos em Cartório	76	45
Despesas de Atualização de impostos	49	60
Outras	156	115
Total	2.793	2.707

4.18 Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
Resultado antes dos Impostos	46.308	34.415

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 31/12/2016	01/01 a 31/12/2015
às Alíquotas de 25% e 9% Respectivamente	(15.745)	(11.701)
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(149)	(108)
Demais Ajustes	384	296
Imposto de Renda e Contribuição Social	(15.510)	(11.513)

4.19 Outras Informações

Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Santander Brasil Consórcio aderiu ao Comitê de Auditoria Único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria foi divulgado e publicado em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2017